

Crescimento de microempreendedores individuais no Brasil e sua relação com a taxa de desemprego brasileiro

Growth of individual microentrepreneurs in Brazil and its relation with the unemployment tax brazilian

Marcelo da Costa Borba¹ , Josefa Edileide Santos Ramos² , José Eduardo de Melo Barros³  e Maria do Carmo Maracajá Alves⁴ 

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre/RS, email: marcelodeborba@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre/RS, email: edileideramos@gmail.com

³ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), doutorando em Administração pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – João Pessoa/PB, email: j.eduardo.melo@gmail.com

⁴ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), doutoranda em Estudo das Ciências e Matemática pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – Recife/PE, email: alvesmariacm@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar se há relação entre a formalização no Microempreendedor Individual (MEI) e o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2015. O MEI é caracterizado como autoempreendedorismo, um fenômeno contemporâneo altamente valorizado principalmente em pequenas cidades brasileiras, configurando-se ainda, como uma nova característica no mercado de trabalho. A metodologia da pesquisa combinou estatística descritiva e multivariada com análise quantitativa por meio do modelo de Vetores Autorregressivos (VAR). Para a estimação do modelo foram utilizadas as séries do índice de inscritos no MEI e a taxa de desemprego. Os resultados apontaram que há correlação do aumento do número de formalizados com o número de inscritos no MEI.

Palavras-chave: Microempresas. Empreendedorismo. Vetores autorregressivos.

ABSTRACT

This paper aims to identify if it has relation between the formalization in Individual Microentrepreneurs (IM) and the unemployment in the Brazilian metropolitan regions at period of January of 2010 to December of 2015. The IM is characterized as auto entrepreneurship, a contemporary phenomenon highly valued mainly in small Brazilian cities, configuring itself still, as a new characteristic at the labor market. The research methodology combined descriptive and multivariate statistics with quantitative analysis by means of the model of Vector Autoregressive (VAR). To estimate the model were used series of the registers from the IM and the unemployment tax. The results had pointed that it has correlation of the increase of the number of legalized with the number of enrolled in the IM.

Keywords: Microenterprises. Entrepreneurship. Vectors Autoregressive.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão na atividade econômica dos microempresários tem sido um dos principais meios formais para que os trabalhadores tenham condições de pagar suas contas, além de significar independência e flexibilidade. As microempresas representam fontes legalizadas de seguridade a curto e longo prazos. Sendo elas responsáveis por mais da metade dos empregos existentes no país.

Os microempreendedores individuais são formados por variados grupos de profissionais no Brasil, representando importante fonte geradora de emprego e renda no país. Essa classe de trabalhadores formalizados já ultrapassa o número de cinco milhões de adeptos, segundo a secretaria nacional da micro e pequena empresa – SMPE, no ano de 2016.

O empreendedorismo segundo Suisso (2006), tem sido uma solução temporária gerada pelos altos níveis de desemprego no Brasil. Muitas pessoas que perderam seus empregos encontram no mercado de pequeno porte uma alternativa para a obtenção de renda fixa todo mês. Isto reafirma que o profissional busca por alternativas para contornar os problemas financeiros sendo influenciados pela busca um novo enquadramento no mercado de trabalho. Uma destas formas consiste em investir no seu próprio negócio, passando a ser considerado microempreendedor individual.

Este setor está em fase de crescimento, tornando-o atrativo, não somente para os empreendedores, mas também para aqueles que buscam ocupação nestas empresas. Sendo assim, o objetivo desse artigo é analisar a relação do índice de inscritos no programa Microempreendedor Individual e a taxa de desemprego das regiões metropolitanas do Brasil. Intenta-se observar com o este estudo, se há uma relação estável de longo prazo entre as duas variáveis, buscando inferir se o MEI, afeta ou não a taxa de desemprego. Assim, estabelecendo as relações causais e a intensidade da causalidade de uma variável para a com outra.

Esse artigo é composto por quatro seções, além desta introdução: (ii) fundamentação teórica, onde descreve sobre o microempreendedor individual, fatores da taxa de desemprego, procurando relacionar ainda o microempreendedor com o desemprego; (iii) metodologia, que apresenta o método empírico utilizado para análise dos dados; (iv) resultados obtidos com as amostras; e (v) conclusões, nas quais são ponderadas as considerações finais do resultados.

2 Fundamentação teórica

Nesta seção é abordada a teoria sobre o microempreendedor individual e o desemprego no Brasil de modo a contextualizar sobre as duas principais temáticas focadas nesse artigo.

2.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Segundo a Lei Complementar Federal 128-2008, para ser MEI, o empreendedor deve ter um faturamento bruto de no máximo sessenta mil reais por ano. Além de não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter somente um empregado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria (BRASIL, 2008).

Quanto à contabilidade dos “livro diário, razão e caixa”, estão dispensados. Entretanto não impede que o empreendedor possua controle de suas atividades como forma de aumentar o desempenho. Deverá, ainda, registrar mensalmente suas receitas, bem como manter em seu poder notas fiscais de compras e serviços (SILVA et al., 2010).

O MEI é a modalidade com maior número de adesões de empreendedores, dentre os disponibilizados pelo Simples Nacional. A busca pela formalização gera benefícios e pagamento de imposto de forma unificada.

Assim, a Lei Complementar 128/2008 veio ao encontro dessa necessidade. Como incentivo à formalização, concedeu isenção das taxas de legalização e reduziu, expressivamente, os tributos devidos pelos empreendimentos com expectativa de receita bruta anual de até R\$ 60.000,00, que tenham apenas um funcionário e que não tenha participação em outra empresa como sócio ou titular (SILVEIRA; AVILA, 2014, p. 22).

Esta lei complementar fez com que houvesse o um enquadramento de muitos trabalhadores na categoria de microempreendedor individual. Uma oportunidade que possibilita uma nova perspectiva dentro do mercado de trabalho trazida pelo Governo Federal (SILVEIRA; TEIXEIRA, 2011). Outros autores afirmam que esse novo enquadramento em termo de empresário, trouxe muitas vantagens para quem optasse por essa categoria, como a isenção de muitas taxas de legalização ou mesmo redução do tributos (SOUZA; SCHAURICH, 2013).

Em dados divulgados pela Secretaria Nacional de Micro e Pequena Empresa (SMPE), mostram que o Brasil atingiu cerca de cinco milhões de novos empreendimentos no mês de junho de 2015, como pode ser observado na figura 1.

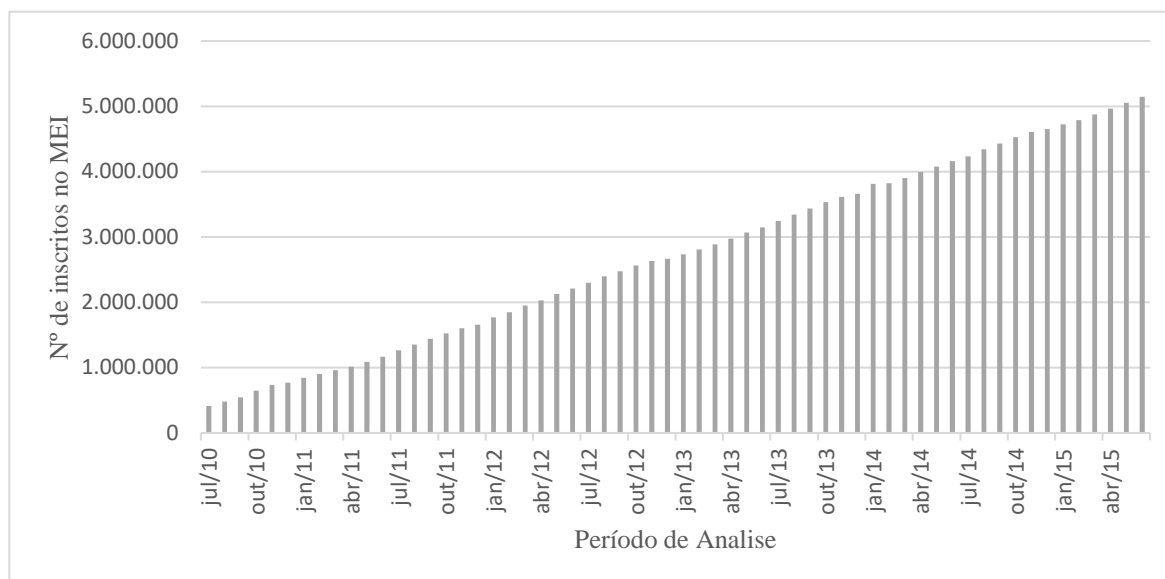


Figura 1. Nº de inscritos no MEI

Fonte: SMPE (2015).

Na figura 1, temos os dados referentes ao total de inscritos no MEI, nos últimos cinco anos. Estes números refletem as novas metodologias de políticas adotadas para empreendedores.

A partir da formalização, a empresa poderá fazer empréstimos bancários para crescer com taxas bem menores que as praticadas para as pessoas físicas. Além disso, estão previstos serviços bancários e linhas de crédito específicas para este público, bem como serviços gratuitos de capacitação e aprimoramento gerencial (SILVEIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 229).

Interpõe-se que a função do empreendedor como um promovedor do desenvolvimento econômico vai além do aumento de produção e renda per capita, podendo, assim, iniciar e/ou constituir as mudanças na estrutura do negócio, sociedade, uma vez que ela será dividida dentre seus participantes (HISRICH; PETERS, 2004).

Para o SEBRAE (2013), o grande mérito do programa empreendedor individual é fortalecer um setor da economia que tem forte impacto positivo no nível de formalização e na geração de emprego nas diferentes regiões do País. Dessa forma, uma avaliação política precisa de antes de tudo, identificar a relação entre o setor beneficiado pelo programa e a formalização e geração de empregos.

Para Corseuil, Neri e Ulyseia (2011) as condições criadas pela lei influenciam fortemente nas decisões de formalização de empreendedores de microempresas. O que parece ser confirmado com o avanço dos registros do Microempreendedores Individuais. Desde que passaram a ser

realizados em julho de 2009 e totalizavam até julho de 2016, pouco mais de cinco milhões de empreendedores em todo o país.

2.2 DESEMPREGO NO BRASIL

Nos últimos anos a medição do desemprego no Brasil tem apresentado aumento. Isto permite indicar que, no estágio atual do capitalismo brasileiro, uma das possíveis soluções é cortar processo como forma de enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho (ANTUNES; POCHMANN, 2006)

Os dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) comprovam que nas regiões metropolitanas aproximadamente 20% dos desempregados estão nesta situação há um ano ou mais. Consequência direta desta circunstância é a inabilidade que o indivíduo tem em obter renda no período de “não-emprego”, impossibilitando a renda familiar. Logo, a medida que prolonga esta condição desfavorável, reduz a possibilidade do ingresso do trabalhador no mercado, prejudicando a autoestima e a motivação na busca de um novo emprego (REIS, M.; AGUAS, 2014).

Para Moretto e Proni (2011), os estudos demonstram que a crise financeira internacional, iniciada fortemente em setembro de 2008, apresentou impactos bastantes significativos no Brasil. Com a crise o setor de consumo, produção e mercado de trabalho, apresenta uma elevação expressiva do desemprego, redução salarial média, maior desproteção social e as piores condições de trabalho dos últimos anos.

Para Soren e Jorgensen (2016), as transformações têm gerado nos empreendedores uma busca maior por alternativas que viabilizem a possibilidade de sobrevivência à margem da dinâmica econômica sustentada pelo mercado formal no Brasil.

Guimarães e Azambuja (2010) afirmam que as transformações no sistema de globalização, tem feito com que o emprego assalariado passe por uma fase menos atraente e mais complicada para os indivíduos que possuem capacidade de realização não padronizadas de atividades, por pessoas que tem conhecimento técnico. Estes profissionais centralização suas ações na descoberta de mercados voltados a potencializar suas habilidades.

2.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E O DESEMPREGO NO BRASIL

Para Moretto et al. (2012), há evidências de que o trabalho informal e as ocupações precárias estão se reduzindo com o passar dos anos. Assim como o mercado de trabalho brasileiro está apresentando um grande dinamismo na geração de empregos protegidos por leis trabalhistas.

Nesta perspectiva o programa de Microempreendedor individual tem correspondido à expectativa dos órgãos responsáveis por sua criação. A formalização tem colocado de volta a seguridade trabalhista, profissionais que estão no mercado de trabalho sem sua formalização. Isto afeta não só quem já tem uma atividade, mas aquelas pessoas que estão saindo do mercado para abrir seu próprio negócio (GRIMM; PAFFHAUSEN, 2015; SCHMIDT, 2007).

Conforme Singer (2003), o essencial em relação ao desemprego e o empreendedor individual, é que as atividades passam a serem exercidas não mais pelo grande capital monopolista, e sim por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, etc; o que transforma postos de trabalho de empregos formais em ocupações oferecendo garantias e direitos previdenciários a curto e longo prazo.

Para Chatterjee e Das (2016) as microempresas contribuem significativamente para o aumento do potencial da região de geração de emprego e de desenvolvimento. Muitos dos problemas sociais como a pobreza e o desemprego podem ser reduzidos com a expansão do setor do MEI, pois garantem oportunidade de formalização junto a órgão previdenciários, assim como auxílios caso necessários (seguro desemprego, auxílio maternidade).

No Brasil, há uma significativa proporção de pessoas participantes do programa Microempreendedor Individual, tornando-se forte o suficiente para melhorar a renda de muitas cidades. As microempresas tem demonstrado que o empreendedorismo pode mudar o panorama do desemprego em todo o país (AL MAMUN; EKPE, 2016).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como “quantitativa, de base econométrica”. A abordagem metodológica deste trabalho baseia-se na utilização do modelo de auto regressões vetoriais (VAR), modelo este aplicável em séries temporais. O VAR é um modelo linear que trata de uma única equação, ou seja, prescinde estar atrelado a uma teoria econômica para a formulação e, em princípio, todas as variáveis do modelo são endógenas, interagindo entre si. Segundo Maddala

(2003), o modelo VAR é um ponto inicial muito útil na análise de inter-relações entre as diferentes séries temporais.

No estudo das relações entre duas variáveis econômicas, um passo fundamental é buscar identificar a relação de causalidade. Existem diversos exemplos, em que duas ou mais variáveis apresentam uma evolução altamente correlacionada, mas que não necessariamente exista uma relação de causalidade entre as mesmas. Granger (1969) propôs um conceito de causalidade, conhecido como causalidade de Granger.

O teste de causalidade de Granger é realizado a partir do modelo VAR de ordem P entre as variáveis X e Y, o qual identifica quem causa quem, podendo ocorrer uma das seguintes situações: causalidade unidirecional de X para Y, unidirecional inversamente de Y para X, causalidade bilateral ou realimentação, quando há causalidade nos dois sentidos de X para Y e de Y para X e, finalmente, independente, quando os coeficientes de ambas as regressões não são estatisticamente significativos (GUJARATI; PORTER, 2011).

O teste de causalidade de Granger foi usado neste estudo como um ponto de partida para a análise das relações entre os inscritos no MEI em todo o Brasil e a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas. Para esta análise foi considerado o teste de bilateral, quando há causalidade nos dois sentidos de X para Y e de Y para X.

O primeiro passo, para realizar o teste de causalidade de Granger bilateral, foi verificar se as séries são estacionárias. Como os dados analisados trata-se de séries temporais, optou-se pela utilização do teste de raiz unitária Augmented Dickey-Fuller (ADF) que é um dos testes mais utilizados em estudos dessa natureza. Apesar de grande parte das séries econômicas serem não-estacionárias, podem ser diferenciadas uma ou mais vezes, resultando em séries estacionárias.

Logo após o teste ADF, se for provado que as séries são não-estacionárias e que possuem uma relação de equilíbrio de longo prazo, então, será necessário verificar o número de defasagens (*lags*) que será utilizado para estimar o modelo VAR. Com todas as séries temporais transformadas em logaritmos, adotou-se aquele com o menor valor do critério de Akaike, este pode ser identificado com a presença do asterisco. A fórmula geral do modelo é descrita como:

$$Y_{it} = \alpha + \sum_{i=1}^n \alpha_{it} Y_{it-j} + \sum_{i=1}^n \alpha_{it} X_{it} + \varepsilon_{itb}$$

Onde, Y_t é a variável exógena, Y_{it-j} são os valores defasados da variável dependente, X_{it} é uma matriz de variáveis incluídas no modelo, quando $X_{it} = (X_{1t}, X_{2t}, \dots, X_{nt})$ α é um vetor de

parâmetros do modelo e, ε_{it} são as perturbações aleatórias não correlacionadas entre si. O VAR possui três variedades: forma reduzida, recursiva e estrutural.

Neste trabalho foi considerada duas series históricas com os valores mensais no período de julho de 2010 a junho de 2015. Sendo a primeira relacionadas ao índice de inscritos no programa microempreendedor individual em todo o Brasil, disponibilizado na base de dados da secretaria nacional da micro e pequenas empresas (SMPE). E a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas nos últimos cinco anos, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O programa computacional utilizado para as análises das series foi o RATS 7.0 (Regression Analysis of Time Series) e IBM SPSS Statistics versão 22.0.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 BASE DE DADOS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Nas Figuras 2 e 3, pode-se perceber as estatísticas o índice de inscritos no programa MEI e a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas, desta forma a apresentar o período onde se procura investigar. Na figura 2, temos os dados referentes à variação do número de inscritos no MEI, nos últimos cinco anos.

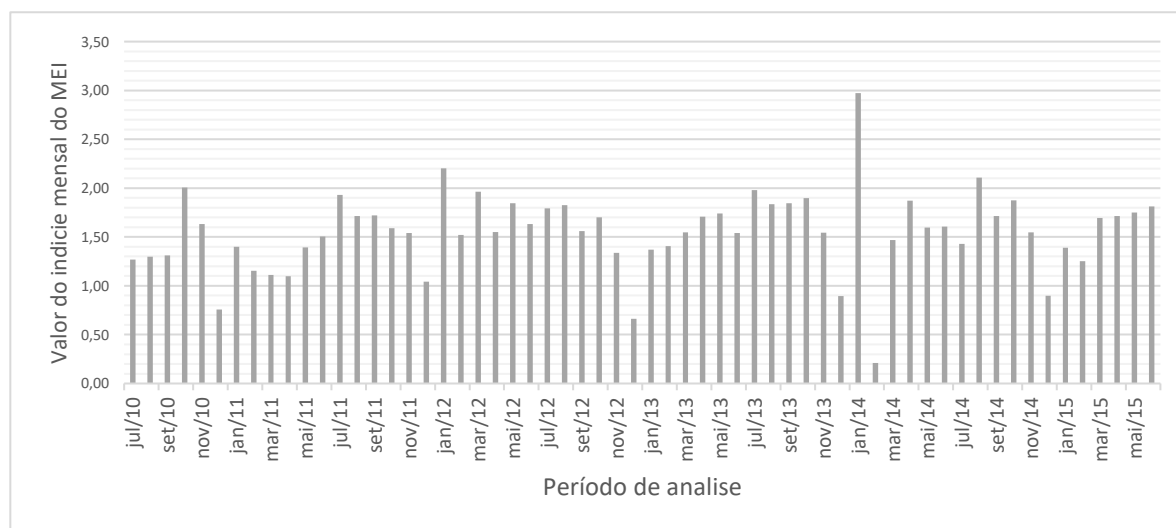


Figura 2. Índice de variação de inscritos no MEI

Fonte: SMPE (2015).

Na figura 3, os dados referentes a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), desde junho de 2010 até junho de 2015.

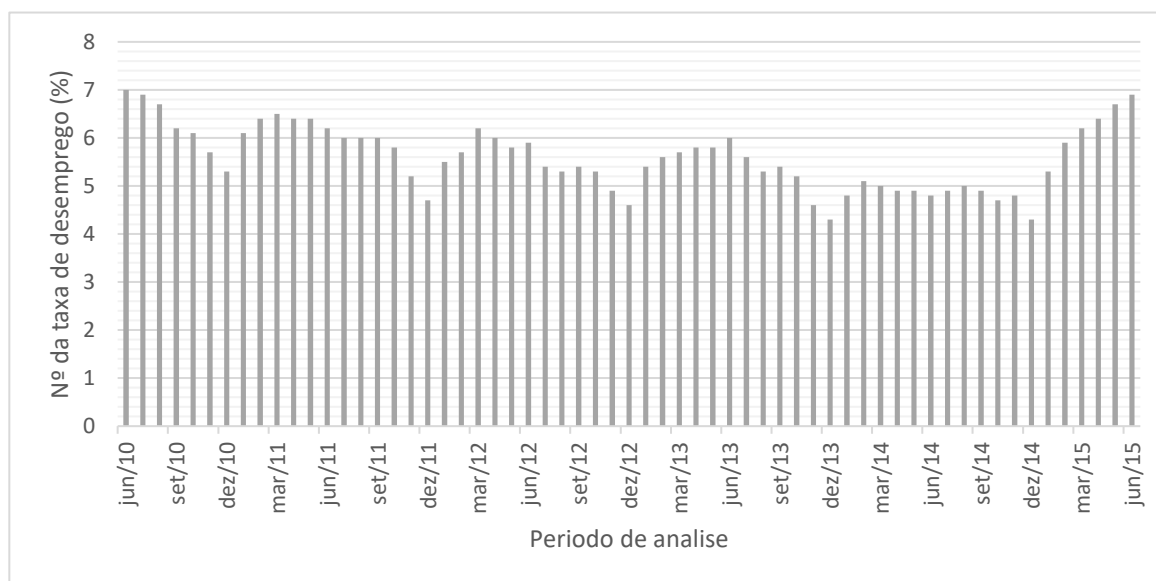


Figura 3. Índice de desemprego nas regiões metropolitanas
Fonte: BCB (2015).

A Tabela 1, apresenta a estatística descritivas das duas variáveis com abrangência no período onde se procura investigar evolução/involução entre os períodos.

	Média	Desvio padrão	Nº Obs.
MEI	0,01554	0,00409	60
DESEMPG	0,05580	0,006579	60

Tabela 1. Estatística descritiva
Fonte: Pesquisa direta, 2015

Como pode ser observado na tabela acima, as duas séries temporais apresentam médias próximas, com maior expressão para a do MEI. Já se tratando do desvio padrão a primeira série apresenta valor inversamente proporcional ao da média, pois aparece com menor valor significativo.

Inicialmente foi realizado o teste de raiz unitária para verificar a estacionariedade das séries, optou-se para tanto, pelo teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF). Verificou-se que as séries temporais MEI e DESEMPG não são estacionárias. No entanto, o mesmo teste, a partir da primeira diferença, reportou estacionariedade para as séries ao nível de 5% de significância. Sendo integradas de ordem I (1).

Após constatar a estacionariedade das séries, partiu-se para a identificação do número de defasagens (*lags*). Para esse teste optou-se pelo critério de informações de Akaike. O resultado indicou duas defasagens, estas informações podem ser identificadas pela presença do asterisco. Desta forma foram utilizadas estas duas no modelo VAR.

A abordagem inferencial, sob o modelo VAR, requereu alguns procedimentos preliminares, nos quais já se delineiam alguns posicionamentos destas variáveis. Um destes procedimentos é investigar as relações causais entre as variáveis (MEI e taxa de desemprego), através do teste de causalidade de Granger, como pode ser observado na Tabela 2. Desta forma rejeita-se a hipótese nula de não haver causalidade de Granger.

F-Teste da variável dependente MEI		
Variáveis	F-Statistic	Significância
MEI	21.9355	0.0000001
DESEMPG	0.3636	0.6969076
F- Teste da variável dependente DESEMPG		
MEI	2.4009	0.1006197
DESEMPG	1.9825	0.1480051

Tabela 2. Causalidade de Granger
Fonte: Pesquisa direta (2015).

Através da análise de causalidade de Granger constatou-se uma dependência da variável MEI com ela mesma. De modo que a mesma variável não possui significância do a variável DESEMPG. Por outro lado, ao analisar a correlação da variável DESEMPG, identificou-se que ela possui independência em relação às duas variáveis.

Prosseguindo com a análise, a próxima etapa é a estimação da modelagem VAR. Sendo assim, torna-se possível a análise das funções impulso-resposta, as quais permitem verificar os efeitos de choques (variações) de preços num determinado mercado sobre os demais mercados analisados no estudo (SOREN; JORGENSEN, 2016).

Na análise de variância da variável MEI, o primeiro período corresponde à totalidade, 100% do índice de inscritos. Já no período 10 há uma constante em 99,6 %. Este percentual se mantém até o final da série, sendo acompanhado pela estabilidade do no período 14 do erro.

Step	Std Error	MEI	DESEMPG
1	0,00448989	100,000	0,000
10	0,00625220	99,608	0,392

14	0,00625242	99,608	0,392
40	0,00625242	99,608	0,392

Tabela 3. Decomposição da Variância do MEI
Fonte: Pesquisa direta (2015).

Na Tabela 2, são apresentadas a decomposição da variância da variável DESEMPG, em que diferente da análise da primeira variável, apresentou no primeiro período um impulso resposta de 91,3 %, sendo estabilizado no décimo período, com porcentagem 86,9 %. Já o erro apresenta estabilidade no décimo segundo período.

<i>Step</i>	<i>Std Error</i>	DESEMPG	MEI
1	0,00332053	91,306	8,694
10	0,00354035	86,980	13,020
12	0,00354037	86,980	13,020
40	0,00354037	86,980	13,020

Tabela 4. Decomposição da Variância DESEMPG
Fonte: Pesquisa direta (2015).

4. 2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após análise da base dos dados e estatística descritiva, temos as análises dos resultados. Esta análise passou pelo teste de causalidade de Granger, e um enfoque sobre estacionariedade, como pré-requisito das séries temporais para desenvolver-se um trabalho com o modelo VAR, todos devidamente visualizados via gráficos e quadros, chegando ao estágio da pesquisa no qual surgirão as influências autorregressivas das variáveis trabalhadas.

Na Figura 4, temos o comportamento em resposta ao choque nas variáveis dependentes no qual analisa a influência com o passar do tempo. Esse fenômeno segundo Matos e Lemos (2009, p. 86) significa que “os choques se dissipam sem gerar efeitos permanentes, uma característica necessária para que a modelagem de correção de erros seja adequadamente especificada e estimada”.

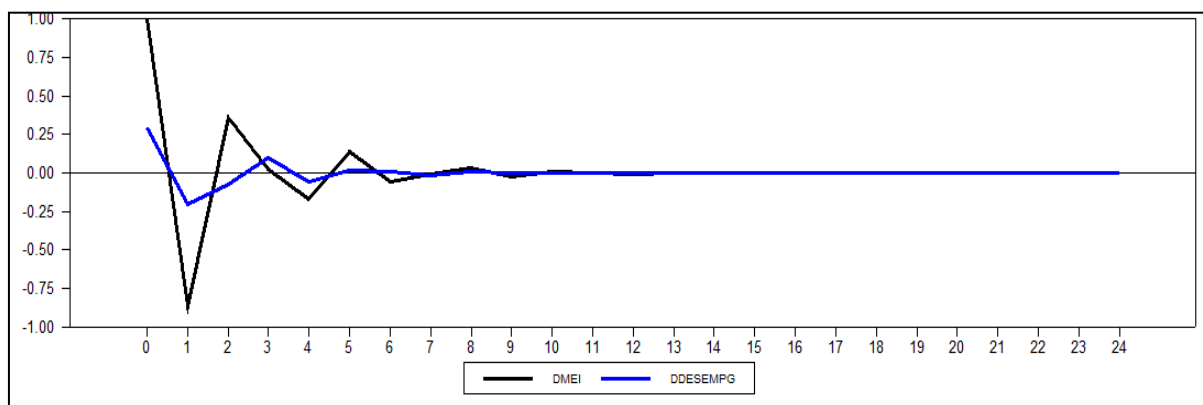


Figura 4. Análise resposta da variável MEI

Fonte: Pesquisa direta (2015).

Ao observar a figura 4, podemos identificar que a variável MEI, apresenta variação seguidas tanto positiva como negativa, esta variação é seguida de forma mais agressiva pela variável DESEMPG. Sendo que a primeira variável passa a seguir o processo de estacionariedade no período cinco, enquanto a segunda somente no período nove.

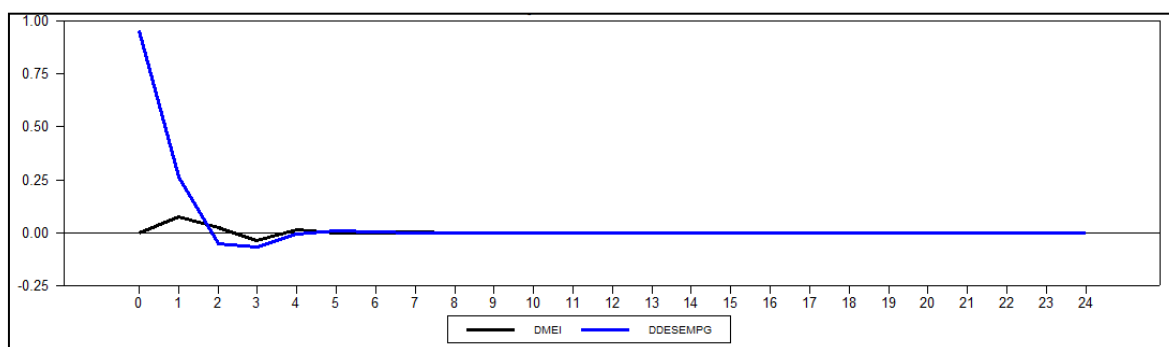


Figura 5. Análise resposta da variável DESEMPG

Fonte: Pesquisa direta (2015)

A figura 5, apresenta a análise resposta da variável DESEMPG, nela pode-se uma queda nos primeiros dois períodos, chegando a ficar negativa, no entanto volta a ser positiva e estacionaria no período quatro. Seguindo outra lógica a variável MEI, apresenta pequena crescimento no período um, após isto seguiu de forma leve a primeira variável, mantendo-se estável também no período quatro. Esses resultados são trazidos nesta seção, unicamente pelos números, mas que terão seus reflexos de conjunturas macroeconômicas a seguir abordadas na conclusão deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Esta análise considerou a comparação de duas séries temporais de mesma natureza, mas com abrangência, diferentes, índice de formalização do microempreendedor individual e a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas. Tendo o intuito de encontrar no período de cinco anos, 2010 a 2015, as relações autorregressivas entre essas variáveis, utilizando o modelo VAR, um modelo alternativo aos estruturais e dinâmicos.

Sendo assim, a correlação da variável MEI, apresentou significância. Fator este pode ser caracterizado por o programa do microempreendedor individual ser considerado novo, teve seu início no segundo semestre de 2009. Conseguindo boa adesão principalmente nos dois últimos anos, e impulsionando o abandono da informalidade principalmente de empreendedores individuais, para se formalizar perante órgãos trabalhistas.

Outro ponto a ser considerado é que a maior adesão ao programa microempreendedor individual está localizada nas pequenas cidades, sendo nelas mais comum a abertura desse tipo de empreendimento. Já nas grandes regiões metropolitanas, onde são medidos os índices de desemprego, o programa não teve boa aceitação, principalmente pelo fato do limite anual de declaração ser considerado baixo.

Portanto, segundo os dados do programa, tende a se expandir impactando economicamente nas pequenas cidades, onde existe maior número de empreendedores individuais. Um desses fatores está relacionado a divulgação pelos próprios microempresários sobre as benfeitorias do MEI, perante os demais. Assim como, existem por parte de órgão como o serviço de apoio à micro e pequenas empresas – Sebrae, campanhas para expandir o programa microempreendedor individual.

REFERÊNCIAS

AL MAMUN, A.; EKPE, I. Entrepreneurial traits and micro-enterprise performance: a study among women micro-entrepreneurs in Malaysia. **Development in Practice**, v. 26, n. 2, p. 193–202, 2016.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do desemprego e da pobreza no brasil. **Revista de Gestão Integrada em Saude do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 2, 2006.

BRASIL. **Da presidência da república**, 2008. Disponível em: <Lei Complementar n?. 128 de 19 de dezembro de 2008>

CHATTERJEE, N.; DAS, N. A Study on the Impact of Key Entrepreneurial Skills on Business Success of Indian Micro-entrepreneurs: A Case of Jharkhand Region. **Global Business Review**, v.

17, n. 1, p. 226–237, 2016.

CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. L. UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS EFEITOS DA POLÍTICA DE FORMALIZAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS. 2011.

GRANGER, C. W. Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 424–438, 1969.

GRIMM, M.; PAFFHAUSEN, A. L. Do interventions targeted at micro-entrepreneurs and small and medium-sized firms create jobs? A systematic review of the evidence for low and middle income countries. **Labour Economics**, v. 32, p. 67–85, 2015.

GUIMARÃES, S. M. K.; AZAMBUJA, L. R. Empreendedorismo high-tech no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e culturais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, 2010.

GURJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. São Paulo: AMGH, 2011.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. São Paulo: Atlas, 2004.

MADDALA, G. S. **Introdução à Econometria**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORETTO, A. J.; PRONI, M. W. O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente. **Economia e Desenvolvimento**, v. 10, n. 1, p. 7–35, 2011.

REIS, M.; AGUAS, M. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Economia aplicada**, p. 35–50, 2014.

SCHMIDT, M. C. Microenterprise Development Program Success : a Path Analysis of Factors That Lead To and Mediate Client Success. **Journal of Developmental Entrepreneurship**, v. 12, n. 1, p. 47–69, 2007.

SEBRAE, S. B. DE A. ÀS M. E P. E. **Análise do perfil do Microempreendedor Individual (MEI)**. Brasília: SEBRAE, 2013.

SILVA, A. B. DA et al. Um estudo sobre a percepção dos empreendedores individuais da cidade de Recife quanto à adesão a lei do micro empreendedor individual (LEI MEI - 128/08). **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 4, p. 121–137, 2010.

SILVEIRA, J. P.; AVILA, L. A. DE. Política pública para formalização do Microempreendedor Individual (Lei 128/2008): considerações sobre sua formulação, implementação e efeitos. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2014.

SILVEIRA, J. P.; TEIXEIRA, M. R. DE C. Empreendedor individual e os impactos pós - formalização. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão**, v. 1, n. 8, p. 223–252, 2011.

SOREN, C. K. M.; JORGENSEN, S. B. How do entrepreneurs' characteristics influence the benefits from the various elements of a business incubator? Introduction. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 23, n. 1, 2016.

SOUZA, R. F.; SCHAURICH, C. M. Empreendedor individual: impactos financeiros para o Brasil. **Revista Ajes**, n. 4, 2013.

SUISSO, F. Trabalho informal no brasil contemporâneo. **Revista eletrônica da faculdade de direito de campos**, v. 1, n. 1, 2006.